

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

Literacia Financeira: Poupança

Os resultados do 2º inquérito à Literacia Financeira dos Portugueses apresentados recentemente apontam para um índice de população com hábitos de poupança na ordem dos 59 %



Filipe Pontes

Consideramos todos que dotar a população de um nível de literacia financeira adequado é essencial e determinante para todos os clientes do sistema Financeiro que tenham a capacidade de compreender os benefícios e os riscos associados aos produtos que adquirem, de forma a tomarem decisões adequadas às suas condições e necessidades individuais.

Paulatinamente, a literacia financeira tem-se tornado um tema inquestionável nas sociedades contemporâneas, mais ainda nos contextos de dificuldades financeiras e económicas. A educação financeira, como vários autores parecem concordar, visa essencialmente dois objetivos: dar a conhecer e tornar compreensíveis, por um lado, os princípios financeiros fundamentais para uma tomada consciente de decisões com relevância nesta área e, por outro, os produtos financeiros com impacto no bem-estar económico e financeiro de cada pessoa. Além disso a educação financeira cumprirá também um papel fulcral no sentido de mitigar os desafios das mudanças tecnológicas tão em voga nos tempos atuais.

Os resultados do 2º inquérito à Literacia Financeira dos Portugueses apresentados recentemente apontam para um índice de população com hábitos de poupança na ordem dos 59 % sendo que destes 45% justifica que o principal objetivo da poupança é o de fazer face às despe-

sas imprevistas e 24% suporta que as poupanças são direcionadas para despesas não regulares como férias e viagens, apenas 4% justifica com sendo para utilização na reforma.

No entanto, quando questionados sobre o nível de confiança no planeamento da reforma 54% diz-se pouco ou nada confiante sobre o planeamento da reforma. Estes números apontam para uma necessidade de diversificação de risco pois questionados sobre como vai (ou está) a ser financiado o seu sistema de reforma 82,2% aplicam unicamente para descontos de segurança social ou outro regimes contributivo obrigatórios e apenas 11,9% afirmam ser detentores de um PPR. Estes resultados apontam claramente para necessidade de diversificação do risco de investimentos e a necessidade de uma maior canalização de poupança para o médio e longo prazo.

Quando se faz a análise no seu conjunto, Portugal, quando comparado com a média dos países da OCDE, encontra-se acima da média no indicador de comportamentos financeiros (5,9 vs 5,4), em linha nas atitudes financeiras (3,4) sendo que, no entanto, em termos de conhecimentos financeiros continuamos abaixo da média (4,8 vs 4,9). Neste contexto têm de ser criadas e aplicada medidas de aumento dos conhecimentos financeiros e no que diz respeito à poupança de médio e longo prazo aplicadas medidas para expansão do papel dos regimes complementares de pensões.

Se por um lado a maior sensibilização da população para a importância de constituir um complemento de reforma apelando ao desenvolvimento de hábitos de poupança ajudava, por outro lado a oferta de incentivos fiscais e disponibilização de inscrição automática dos

trabalhadores em planos de pensões profissionais seria útil dando a possibilidade dos participantes saírem dos planos de pensões ao invés dos incentivar a aderirem aos mesmo apostando no aproveitamento da inércia natural das pessoas alavancando assim a expansão da taxa de cobertura dos regimes privados de pensões.



OBEGEF

Observatório de Economia
e Gestão de Fraude